

## Um Currículo a favor dos alunos das Classes Populares

Neste trabalho, currículo é tomado em seu sentido mais abrangente — como tudo o que acontece na escola e que afeta, direta ou indiretamente, o processo de transmissão, apropriação e ampliação do saber acumulado pela humanidade, função que define a escola.

Uma escola que só pretendesse a transmissão/aquisição do conhecimento pressuporia o conhecimento como coisa acabada e estática, negando o seu caráter dialético, pelo qual o conhecimento traz em si a sua própria negação, cuja superação é o conhecimento novo.

Em contrapartida, uma escola que negasse o seu caráter transmissor, afirmando-se unicamente construtora do conhecimento, pressuporia a possibilidade de se criar do nada — espontaneísmo que, pondo de lado todo o conhecimento historicamente acumulado, redescobre mas não descobre que recomeça um caminho, desconhecendo o caminho já feito por outros. Logo, esta escola, nem cumpre o papel transmissor, nem o ampliador de conhecimentos.

→ O reducionismo das duas posições pode ser superado quando a escola é percebida como o espaço de confronto de saberes: o saber escolar, que representa o patrimônio cultural da humanidade, e o saber popular, que o aluno/coletivo representa e que é o resultado das formas de enfrentamento da realidade que as classes populares criam.

Esta situação, levada ao paroxismo, é a do menino da favela da Maré, no Rio de Janeiro, que, encaminhado ao Posto Médico, e lá perguntado sobre o que sentia, respondeu: "Eu não sei. Devo ter uma doença que não dói, mas que não me deixa aprender".

O processo de normalização de a-normal, em curso na escola, não pondo em questão as normas e padrões da sociedade, faz parte do processo global de "normalização", no qual o diferente é considerado desvio e precisa ser corrigido.

Neste mesmo enfoque são formadas as turmas homogêneas, hierarquizadas as turmas, e, nas turmas, os alunos, através das classificações. A "melhor" turma é o padrão, a norma. As demais são, por comparação, identificadas pelo que lhes falta para atingir o padrão de excelência. Os alunos a-normais, quando conseguem atingir os níveis de eficiência da norma, são "promovidos", mudando de turma e ganhando alforria de normais.

Parece óbvio que sentir-se anormal influi na aprendizagem de qualquer aluno. Não se sentir reconhecido acentua um "atávico" sentimento de inferioridade. O fracasso repetido provoca medo e o esforço que não obtém resposta vai-se transformando em desinteresse, que repercute no interesse da professora, que também passa a se desinteressar pelo aluno, criando-se um círculo vicioso.

Ao invés de considerar o diferente como desvio a ser corrigido e tentar a homogeneização, pode-se trabalhar as diferenças, e, através do confronto das diferenças que estão presentes na escola, enriquecer o espaço pedagógico e, portanto, o currículo. Cada aluno, valorizado em seu saber e em suas formas peculiares de ser e de se expressar, ganha confiança em sua capacidade de aprender. Reconhecido em seu saber, é estimulado a saber mais; fortalecido no conhecido, capacita-se a penetrar no desconhecido. O sucesso em adquirir conhecimentos novos provoca não só o prazer da descoberta, mas um sentimento de potência, autoconfiança, afirmação de dignidade.

Dois pontos de vista antagônicos sobre a mesma situação e que, por isso, provocam resultados também opostos.

Estas duas formas de ver o aluno estão ligadas a duas concepções também antagônicas de educação, de sociedade, de aprendizagem, e influem sobre o currículo. Perpassam o planejamento, a seleção de conteúdos, as opções metodológicas, os critérios de avaliação

Considerar que o aluno das classes populares não aprende porque é deficiente provoca conseqüências no currículo. Em nome de sua dificuldade para aprender, os conteúdos são esvaziados. E este aluno, que tem na escola a única possibilidade de se apropriar do conhecimento, que sabe ser importante, é privado deste direito.

Quando, ao contrário, a escola se compromete politicamente com a sua aprendizagem, todos os profissionais que nela atuam se mobilizam para que ele aprenda. Não com a sua "generosidade", mas com a sua competência. Cada etapa e cada aspecto do currículo são planejados em função dos fins pretendidos e da realidade concreta que os determina. Cada ação é acompanhada pela reflexão, que provoca o aprimoramento da ação anterior, na medida em que se torna mais adequada à situação concreta desafiadora.

O planejamento passa a ser um ato político. Não mais o planejamento tecnicista, que se afirmava neutro e que se limitava à precisão da forma. Mas um planejamento direcionador da ação pedagógica, que, por se nortear pela realidade concreta, se modifica a partir das modificações desta realidade. A cada progresso do aluno, uma modificação, para que ele consiga mais. A cada insucesso do aluno, uma mudança, para que ele aprenda o que deseja e precisa aprender.

A avaliação ganha outra dimensão. Até então se avaliava o aluno, em determinados momentos, em relação ao observável em resposta a determinados instrumentos, construídos a partir de normas preestabelecidas, cujo resultado era a quantificação do identificado, do aprendido.

Esta avaliação, baseada em métodos empírico-analíticos, reduz o processo ensino-aprendizagem, que é dual, a um dos pólos da relação — a aprendizagem —, além de reduzir o processo de aprendizagem ao aparente e superficial. Destacando a parte observada, no momento da observação, passa a lidar com a pseudoconcretude, já que do fenômeno só capta a aparência. Partindo de cortes artificiais no processo de aprendizagem, dá-se à parte o valor de totalidade, generalizando a partir de um dos aspectos observados da realidade.

O máximo que em geral se discute é avaliação por nota ou por conceito, como se houvesse alguma diferença fundamental entre os dois modos de avaliar. Baseados no mesmo paradigma epistemológico, muda-se a roupagem, mantendo-se a mesma premissa positivista, que se fundamenta numa concepção de aprendizagem, de

homem e da sociedade. Os pressupostos são semelhantes e as consequências igualmente desastrosas. O aluno que recebe 4 e não 0, C e não A, Regular e não Muito Bom, e que é responsabilizado por esta nota ou conceito, vai internalizando a culpa pelo fracasso institucional. Vai aprendendo a aceitar também como responsabilidade individual sua vir a ser lixeiro e não doutor, pobre e não rico, além de não ser capaz de votar etc. etc. Este o resultado do currículo oculto, que, exatamente por não ser explicitado, já que não é consciente, perpassa todo o currículo, constituindo-se em aprendizagens latentes, decisivas não só para a aprendizagem escolar do aluno, como para a aceitação da sociedade tal como ela se apresenta e representa.

Algumas escolas, pretendendo-se "modernas", envolvem o aluno em sua auto-avaliação, que, porque condicionada pelos mesmos pressupostos, só acentua a responsabilidade do aluno, tornando-o co-responsável pela sua própria discriminação.

Mexer com a questão da avaliação exige a construção de outro referencial teórico-epistemológico, que rompa com o paradigma que limita ao método experimental a possibilidade de conhecimento do objeto, e que produziu historicamente consequências desfavoráveis às classes subalternas.

O processo educativo é resultado de um conjunto de relações sociais e relações com o conhecimento. É um fenômeno conformado histórica e socialmente, logo só pode ser compreendido no contexto social particular em que acontece.

Neste processo, estão em jogo aquele que ensina, aquele que aprende e o contexto no qual se dá. Aquele que ensina traz consigo a sua história de vida, que é parte da história de seu grupo sócio-econômico-cultural, além das teorias que fundamentam o seu trabalho e que influem em sua forma de pensar e de ensinar. Aquele que aprende também traz a sua história de vida e de grupo e que influem em sua forma de pensar e de aprender. Do contexto fazem parte a relação entre a escola e o sistema oficial de ensino, a relação entre a escola e as famílias, a relação entre a escola e a comunidade, a relação direção/especialistas/professores/pessoal subalterno, as formas de organização física e administrativa da escola, o planejamento, os conteúdos, as metodologias, os livros-texto, as formas de avaliar.

Avaliar, portanto, um processo que depende dessa teia de relações, somente através de instrumentos que medem a quantidade de informações que o aluno incorporou, ou acrescentando dados que

representam mais valores de classe do que fatores que interferem na aprendizagem, é hipersimplificar, cumprindo apenas uma função de controle. A avaliação só tem sentido se tiver como ponto de partida e ponto de chegada o processo pedagógico para que, identificadas as causas do sucesso ou do fracasso, sejam estabelecidas estratégias de enfrentamento da situação; não deve servir, como em geral se faz, para penalizar a vítima. Deve ser um processo permanente que, à luz de uma teoria do conhecimento, possibilite acompanhar e interferir no processo, à medida que penetre em sua complexidade. Avaliação que, por se colocar a favor da aprendizagem do aluno, adequa o currículo a cada momento da aprendizagem do aluno, tornando-se um processo de investigação, de pesquisa, que vise a transformações, perdendo a conotação de mensuração, de julgamento, que leva às classificações.

O foco de avaliação, descentrado nos resultados observáveis no aluno a partir da ótica de quem ensina, abre-se então, na tentativa de captar a totalidade do processo, em função do sujeito em processo de conhecimento.

O resultado da avaliação, de punitivo ou exaltativo do aluno, passa a ser fonte de reflexão e redefinição do todo planejado, executado e avaliado, provocando mudanças de ordem pedagógica, administrativa e relacional na busca de maior adequação das ações à situação concreta.

A acusação, tantas vezes ouvida, de que preconiza uma escola de classes, ou uma escola de ricos e uma escola de pobres, eu responderia: a escola vem sendo uma escola burguesa que, por coerência, discrimina, segrega, desqualifica e expulsa os alunos das classes populares. Logo, vem sendo uma escola de classe, que cumpre um papel na luta de classes.

A escola, como vem sendo, universaliza as visões de homem e do mundo da classe dominante, estabelecendo padrões de normalidade, de competência e de sucesso, a partir dessa ideologia. Mascara a existência de diferentes classes sociais com o discurso da igualdade e a prática da homogeneização, esquecendo que as experiências vividas pelas crianças das diferentes classes sociais provocam o desenvolvimento de habilidades diferentes e a produção de conhecimentos também diferentes. Daí, o ponto de partida, quando se lida com grupos heterogêneos, ser a diferença. Partir das diferenças, superar, de fato, igualdade de oportunidade e possibilitar a todos

atingir o mesmo fim, que é a apropriação do patrimônio cultural da humanidade.

No final, surgem mais uma vez as diferenças. Cada grupo fará uso do saber igualmente recebido, de acordo com os seus interesses e necessidades.

A burguesia, obviamente, utilizará o conhecimento para lutar pela manutenção da sociedade tal como está, o que significaria manter os seus privilégios.

As classes trabalhadoras, para a luta pela transformação da sociedade, já que com o conhecimento justificador vem a possibilidade de identificar a sua própria contradição e compreender criticamente a sociedade que as explora.

**Regina Leite Garcia**

Secretaria Municipal de Educação - RJ